



OP-030MR-21

CÓD: 7908403502042

SEEDUC-RJ

*SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*

Comum a Todas as áreas de Professor Docente I
(Artes, Biologia, Ciências, Educação Física, Filosofia, História, Inglês, Italiano, Francês,
Espanhol, Sociologia, Português, Física, Geografia, Matemática, Química)

***A APOSTILA PREPARATÓRIA É ELABORADA
ANTES DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL OFICIAL COM BASE NO EDITAL
ANTERIOR, PARA QUE O ALUNO ANTECIPE SEUS ESTUDOS.***

Língua Portuguesa

1. Texto: informações explícitas e implícitas; significado de palavras e expressões; tema do texto. Suporte, gênero e enunciador do texto: Interpretação com o auxílio de material gráfico diverso; textos de diferentes gêneros. Relação entre textos: diferentes formas de tratar uma informação; posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou tema; intertextualidade. Coerência e coesão Textuais: relações entre as partes do texto; identificação da tese do texto; relação entre tese e argumentos; partes principais e secundárias no texto; conflito gerador do enredo e elementos da narrativa; relação causa/consequência entre partes e elementos do texto; relações lógico - discursivas presentes no texto. Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido: efeitos de ironia ou humor em textos variados 01
2. Efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações, da escolha de uma determinada palavra ou expressão 10
3. Exploração de recursos ortográficos e morfossintáticos. 12
4. Variação linguística: marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor do texto. 21

Conhecimentos pedagógicos

1. Aspectos Filosóficos da Educação – o pensamento pedagógico moderno: iluminista, positivista, socialista, escolanovista, fenomenológico - existencialista, antiautoritário, crítico. 01
 2. Tendências atuais: liberais e progressistas 12
 3. O pensamento pedagógico brasileiro: correntes e tendências na prática escolar 13
 4. Aspectos Sociológicos da Educação – as bases sociológicas da Educação, a Educação como processo social, as instituições sociais básicas, educação para o controle e para a transformação social, cultura e organização social, desigualdades sociais, a relação escola / família / comunidade. Educação e Sociedade no Brasil. 24
 5. Aspectos Psicológicos da Educação – a relação desenvolvimento / aprendizagem: diferentes abordagens, a relação pensamento / linguagem – a formação de conceitos, crescimento e desenvolvimento: o biológico, o psicológico e o social. O desenvolvimento cognitivo e afetivo. 35
 6. Aspectos do Cotidiano Escolar – a formação do professor; a avaliação como processo, a relação professor / aluno; a função social do ensino: os objetivos educacionais, os conteúdos de aprendizagem; as relações interativas em sala de aula: o papel dos professores e dos alunos; a organização social da classe; os direitos da criança e do adolescente; a sala de aula e sua pluralidade 48
 7. Diretrizes, Parâmetros, Medidas e Dispositivos Legais para a Educação – A LDB atual 86
 8. O Estatuto da Criança e do Adolescente. 87
 9. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. 89
 10. As Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental 90
 11. RESOLUÇÃO Nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 91
-

1. Texto: informações explícitas e implícitas; significado de palavras e expressões; tema do texto. Suporte, gênero e enunciador do texto: Interpretação com o auxílio de material gráfico diverso; textos de diferentes gêneros. Relação entre textos: diferentes formas de tratar uma informação; posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou tema; intertextualidade. Coerência e coesão Textuais: relações entre as partes do texto; identificação da tese do texto; relação entre tese e argumentos; partes principais e secundárias no texto; conflito gerador do enredo e elementos da narrativa; relação causa/consequência entre partes e elementos do texto; relações lógico - discursivas presentes no texto. Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido: efeitos de ironia ou humor em textos variados	01
2. Efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações, da escolha de uma determinada palavra ou expressão	10
3. Exploração de recursos ortográficos e morfosintáticos.	12
4. Variação linguística: marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor do texto.	21

TEXTO: INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS; SIGNIFICADO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES; TEMA DO TEXTO. SUPORTE, GÊNERO E ENUNCIADOR DO TEXTO: INTERPRETAÇÃO COM O AUXÍLIO DE MATERIAL GRÁFICO DIVERSO; TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS. RELAÇÃO ENTRE TEXTOS: DIFERENTES FORMAS DE TRATAR UMA INFORMAÇÃO; POSIÇÕES DISTINTAS ENTRE DUAS OU MAIS OPINIÕES RELATIVAS AO MESMO FATO OU TEMA; INTERTEXTUALIDADE. COERÊNCIA E COESÃO TEXTUAIS: RELAÇÕES ENTRE AS PARTES DO TEXTO; IDENTIFICAÇÃO DA TESE DO TEXTO; RELAÇÃO ENTRE TESE E ARGUMENTOS; PARTES PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS NO TEXTO; CONFLITO GERADOR DO ENREDO E ELEMENTOS DA NARRATIVA; RELAÇÃO CAUSA/CONSEQUÊNCIA ENTRE PARTES E ELEMENTOS DO TEXTO; RELAÇÕES LÓGICO-DISCURSIVAS PRESENTES NO TEXTO. RELAÇÕES ENTRE RECURSOS EXPRESSIVOS E EFEITOS DE SENTIDO: EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda

- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

A é igual a B.

A é igual a C.

Então: C é igual a A.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”*, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- *Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.*

- *Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.*

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz *“Todos os políticos são ladrões”*, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase “*O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam*”, em que o termo imperialismo é descabido, uma vez que, a rigor, significa “*ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica*”.

A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

Convém ainda alertar que não se convence ninguém com manifestações de sinceridade do autor (como eu, que não costumo mentir...) ou com declarações de certeza expressas em fórmulas feitas (como estou certo, creio firmemente, é claro, é óbvio, é evidente, afirmo com toda a certeza, etc). Em vez de prometer, em seu texto, sinceridade e certeza, autenticidade e verdade, o enunciador deve construir um texto que revele isso. Em outros termos, essas qualidades não se prometem, manifestam-se na ação.

A argumentação é a exploração de recursos para fazer parecer verdadeiro aquilo que se diz num texto e, com isso, levar a pessoa a que texto é endereçado a crer naquilo que ele diz.

Um texto dissertativo tem um assunto ou tema e expressa um ponto de vista, acompanhado de certa fundamentação, que inclui a argumentação, questionamento, com o objetivo de persuadir. Argumentar é o processo pelo qual se estabelecem relações para chegar à conclusão, com base em premissas. Persuadir é um processo de convencimento, por meio da argumentação, no qual procura-se convencer os outros, de modo a influenciar seu pensamento e seu comportamento.

A persuasão pode ser válida e não válida. Na persuasão válida, expõem-se com clareza os fundamentos de uma ideia ou proposição, e o interlocutor pode questionar cada passo do raciocínio empregado na argumentação. A persuasão não válida apoia-se em argumentos subjetivos, apelos subliminares, chantagens sentimentais, com o emprego de “*apelações*”, como a inflexão de voz, a mímica e até o choro.

Alguns autores classificam a dissertação em duas modalidades, expositiva e argumentativa. Esta, exige argumentação, razões a favor e contra uma ideia, ao passo que a outra é informativa, apresenta dados sem a intenção de convencer. Na verdade, a escolha dos dados levantados, a maneira de expô-los no texto já revelam uma “*tomada de posição*”, a adoção de um ponto de vista na dissertação, ainda que sem a apresentação explícita de argumentos. Desse ponto de vista, a dissertação pode ser definida como discussão, debate, questionamento, o que implica a liberdade de pensamento, a possibilidade de discordar ou concordar parcialmente. A liberdade de questionar é fundamental, mas não é suficiente para organizar um texto dissertativo. É necessária também a exposição dos fundamentos, os motivos, os porquês da defesa de um ponto de vista.

Pode-se dizer que o homem vive em permanente atitude argumentativa. A argumentação está presente em qualquer tipo de discurso, porém, é no texto dissertativo que ela melhor se evidencia.

Para discutir um tema, para confrontar argumentos e posições, é necessária a capacidade de conhecer outros pontos de vista e seus respectivos argumentos. Uma discussão impõe, muitas vezes, a análise de argumentos opostos, antagônicos. Como sempre, essa capacidade aprende-se com a prática. Um bom exercício para aprender a argumentar e contra-argumentar consiste em desenvolver as seguintes habilidades:

- **argumentação**: anotar todos os argumentos a favor de uma ideia ou fato; imaginar um interlocutor que adote a posição totalmente contrária;

- **contra-argumentação**: imaginar um diálogo-debate e quais os argumentos que essa pessoa imaginária possivelmente apresentaria contra a argumentação proposta;

- **refutação**: argumentos e razões contra a argumentação oposta.

A argumentação tem a finalidade de persuadir, portanto, argumentar consiste em estabelecer relações para tirar conclusões válidas, como se procede no método dialético. O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno em questão e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Descartes (1596-1650), filósofo e pensador francês, criou o método de raciocínio silogístico, baseado na dedução, que parte do simples para o complexo. Para ele, verdade e evidência são a mesma coisa, e pelo raciocínio torna-se possível chegar a conclusões verdadeiras, desde que o assunto seja pesquisado em partes, começando-se pelas proposições mais simples até alcançar, por meio de deduções, a conclusão final. Para a linha de raciocínio cartesiana, é fundamental determinar o problema, dividi-lo em partes, ordenar os conceitos, simplificando-os, enumerar todos os seus elementos e determinar o lugar de cada um no conjunto da dedução.

A lógica cartesiana, até os nossos dias, é fundamental para a argumentação dos trabalhos acadêmicos. Descartes propôs quatro regras básicas que constituem um conjunto de reflexos vitais, uma série de movimentos sucessivos e contínuos do espírito em busca da verdade:

- evidência;
- divisão ou análise;
- ordem ou dedução;
- enumeração.

A enumeração pode apresentar dois tipos de falhas: a omissão e a incompreensão. Qualquer erro na enumeração pode quebrar o encadeamento das ideias, indispensável para o processo dedutivo.

A forma de argumentação mais empregada na redação acadêmica é o *silogismo*, raciocínio baseado nas regras cartesianas, que contém três proposições: *duas premissas*, maior e menor, e a *conclusão*. As três proposições são encadeadas de tal forma, que a conclusão é deduzida da maior por intermédio da menor. A premissa maior deve ser universal, emprega *todo*, *nenhum*, *pois alguns* não caracteriza a universalidade. Há dois métodos fundamentais de raciocínio: a *dedução* (silogística), que parte do geral para o particular, e a *indução*, que vai do particular para o geral. A expressão formal do método dedutivo é o silogismo. A dedução é o caminho das sequências, baseia-se em uma conexão descendente (do geral para o particular) que leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias gerais, de verdades universais, pode-se chegar à previsão ou determinação de fenômenos particulares. O percurso do raciocínio vai da causa para o efeito. Exemplo:

Todo homem é mortal (premissa maior = geral, universal)
Fulano é homem (premissa menor = particular)
Logo, Fulano é mortal (conclusão)

A indução percorre o caminho inverso ao da dedução, baseia-se em uma conexão ascendente, do particular para o geral. Nesse caso, as constatações particulares levam às leis gerais, ou seja, parte de fatos particulares conhecidos para os fatos gerais, desconhecidos. O percurso do raciocínio se faz do *efeito* para a *causa*. Exemplo:

O calor dilata o ferro (particular)
O calor dilata o bronze (particular)
O calor dilata o cobre (particular)
O ferro, o bronze, o cobre são metais
Logo, o calor dilata metais (geral, universal)

Quanto a seus aspectos formais, o silogismo pode ser válido e verdadeiro; a conclusão será verdadeira se as duas premissas também o forem. Se há erro ou equívoco na apreciação dos fatos, pode-se partir de premissas verdadeiras para chegar a uma conclusão falsa. Tem-se, desse modo, o **sofisma**. Uma definição inexata, uma divisão incompleta, a ignorância da causa, a falsa analogia são algumas causas do sofisma. O sofisma pressupõe má fé, intenção deliberada de enganar ou levar ao erro; quando o sofisma não tem essas intenções propositais, costuma-se chamar esse processo de argumentação de **paralogismo**. Encontra-se um exemplo simples de sofisma no seguinte diálogo:

- Você concorda que possui uma coisa que não perdeu?
- Lógico, concordo.
- Você perdeu um brilhante de 40 quilates?
- Claro que não!
- Então você possui um brilhante de 40 quilates...

Exemplos de sofismas:

Dedução

Todo professor tem um diploma (geral, universal)
 Fulano tem um diploma (particular)
 Logo, fulano é professor (geral – conclusão falsa)

Indução

O Rio de Janeiro tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
 Taubaté (SP) tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular)
 Rio de Janeiro e Taubaté são cidades.

Logo, toda cidade tem uma estátua do Cristo Redentor. (geral – conclusão falsa)

Nota-se que as premissas são verdadeiras, mas a conclusão pode ser falsa. Nem todas as pessoas que têm diploma são professores; nem todas as cidades têm uma estátua do Cristo Redentor. Comete-se erro quando se faz generalizações apressadas ou infundadas. A “simples inspeção” é a ausência de análise ou análise superficial dos fatos, que leva a pronunciamentos subjetivos, baseados nos sentimentos não ditados pela razão.

Tem-se, ainda, outros métodos, subsidiários ou não fundamentais, que contribuem para a descoberta ou comprovação da verdade: análise, síntese, classificação e definição. Além desses, existem outros métodos particulares de algumas ciências, que adaptam os processos de dedução e indução à natureza de uma realidade particular. Pode-se afirmar que cada ciência tem seu método próprio demonstrativo, comparativo, histórico etc. A análise, a síntese, a classificação e a definição são chamadas métodos sistemáticos, porque pela organização e ordenação das ideias visam sistematizar a pesquisa.

Análise e síntese são dois processos opostos, mas interligados; a análise parte do todo para as partes, a síntese, das partes para o todo. A análise precede a síntese, porém, de certo modo, uma depende da outra. A análise decompõe o todo em partes, enquanto a síntese recompõe o todo pela reunião das partes. Sabe-se, porém, que o todo não é uma simples justaposição das partes. Se alguém reunisse todas as peças de um relógio, não significa que reconstruiu o relógio, pois fez apenas um amontoado de partes. Só reconstruiria todo se as partes estivessem organizadas, devidamente combinadas, seguida uma ordem de relações necessárias, funcionais, então, o relógio estaria reconstruído.

Síntese, portanto, é o processo de reconstrução do todo por meio da integração das partes, reunidas e relacionadas num conjunto. Toda síntese, por ser uma reconstrução, pressupõe a análise, que é a decomposição.

sição organizada, é preciso saber como dividir o todo em partes. As operações que se realizam na análise e na síntese podem ser assim relacionadas:

Análise: penetrar, decompor, separar, dividir.
 Síntese: integrar, recompor, juntar, reunir.

A análise tem importância vital no processo de coleta de ideias a respeito do tema proposto, de seu desdobramento e da criação de abordagens possíveis. A síntese também é importante na escolha dos elementos que farão parte do texto.

Segundo Garcia (1973, p.300), a análise pode ser *formal ou informal*. A análise formal pode ser científica ou experimental; é característica das ciências matemáticas, físico-naturais e experimentais. A análise informal é racional ou total, consiste em “discernir” por vários atos distintos da atenção os elementos constitutivos de um todo, os diferentes caracteres de um objeto ou fenômeno.

A análise decompõe o todo em partes, a classificação estabelece as necessárias relações de dependência e hierarquia entre as partes. Análise e classificação ligam-se intimamente, a ponto de se confundir uma com a outra, contudo são procedimentos diversos: análise é decomposição e classificação é hierarquização.

Nas ciências naturais, classificam-se os seres, fatos e fenômenos por suas diferenças e semelhanças; fora das ciências naturais, a classificação pode-se efetuar por meio de um processo mais ou menos arbitrário, em que os caracteres comuns e diferenciadores são empregados de modo mais ou menos convencional. A classificação, no reino animal, em ramos, classes, ordens, subordens, gêneros e espécies, é um exemplo de classificação natural, pelas características comuns e diferenciadoras. A classificação dos variados itens integrantes de uma lista mais ou menos caótica é artificial.

Exemplo: aquecedor, automóvel, barbeador, batata, caminhão, canário, jipe, leite, ônibus, pão, pardal, pintassilgo, queijo, relógio, sabiá, torradeira.

Aves: Canário, Pardal, Pintassilgo, Sabiá.

Alimentos: Batata, Leite, Pão, Queijo.

Mecanismos: Aquecedor, Barbeador, Relógio, Torradeira.

Veículos: Automóvel, Caminhão, Jipe, Ônibus.

Os elementos desta lista foram classificados por ordem alfabética e pelas afinidades comuns entre eles. Estabelecer critérios de classificação das ideias e argumentos, pela ordem de importância, é uma habilidade indispensável para elaborar o desenvolvimento de uma redação. Tanto faz que a ordem seja crescente, do fato mais importante para o menos importante, ou decrescente, primeiro o menos importante e, no final, o impacto do mais importante; é indispensável que haja uma lógica na classificação. A elaboração do plano compreende a classificação das partes e subdivisões, ou seja, os elementos do plano devem obedecer a uma hierarquização. (Garcia, 1973, p. 302304.)

Para a clareza da dissertação, é indispensável que, logo na introdução, os termos e conceitos sejam definidos, pois, para expressar um questionamento, deve-se, de antemão, expor clara e racionalmente as posições assumidas e os argumentos que as justificam. É muito importante deixar claro o campo da discussão e a posição adotada, isto é, esclarecer não só o assunto, mas também os pontos de vista sobre ele.

A definição tem por objetivo a exatidão no emprego da linguagem e consiste na enumeração das qualidades próprias de uma ideia, palavra ou objeto. Definir é classificar o elemento conforme a espécie a que pertence, demonstra: a característica que o diferencia dos outros elementos dessa mesma espécie.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

1. Aspectos Filosóficos da Educação – o pensamento pedagógico moderno: iluminista, positivista, socialista, escolanovista, fenomenológico-existencialista, antiautoritário, crítico.	01
2. Tendências atuais: liberais e progressistas	12
3. O pensamento pedagógico brasileiro: correntes e tendências na prática escolar	13
4. Aspectos Sociológicos da Educação – as bases sociológicas da Educação, a Educação como processo social, as instituições sociais básicas, educação para o controle e para a transformação social, cultura e organização social, desigualdades sociais, a relação escola / família / comunidade. Educação e Sociedade no Brasil.	24
5. Aspectos Psicológicos da Educação – a relação desenvolvimento / aprendizagem: diferentes abordagens, a relação pensamento / linguagem – a formação de conceitos, crescimento e desenvolvimento: o biológico, o psicológico e o social. O desenvolvimento cognitivo e afetivo.	35
6. Aspectos do Cotidiano Escolar – a formação do professor; a avaliação como processo, a relação professor / aluno; a função social do ensino: os objetivos educacionais, os conteúdos de aprendizagem; as relações interativas em sala de aula: o papel dos professores e dos alunos; a organização social da classe; os direitos da criança e do adolescente; a sala de aula e sua pluralidade.	48
7. Diretrizes, Parâmetros, Medidas e Dispositivos Legais para a Educação – A LDB atual	86
8. O Estatuto da Criança e do Adolescente.	87
9. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.	89
10. As Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental	90
11. RESOLUÇÃO Nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.	91

ASPECTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO – O PENSAMENTO PEDAGÓGICO MODERNO: ILUMINISTA, POSITIVISTA, SOCIALISTA, ESCOLANOVISTA, FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIALISTA, ANTIAUTORITÁRIO, CRÍTICO

A Filosofia é um estudo relacionado à existência, ao conhecimento, a verdade, aos valores morais e estéticos, a mente e a linguagem. Seus métodos estão caracterizados pela argumentação.

Sua importância para a compreensão da sociedade e do mundo é para quebrar barreiras para que o indivíduo através de seu esforço obtenha um estado pleno de satisfação, ocasionando um momento de felicidade.

Através da argumentação podemos quebrar as barreiras dos nossos preconceitos, ideias erradas, de nossa realidade que não queremos mudar. Melhoramos nossas ideias, decisões e agimos melhor, já que nossas ações se baseiam naquilo que pensamos.

Já os problemas que a filosofia apresenta ajudam-nos a compreender melhor o mundo, fazendo-nos ter uma atitude crítica em relação às respostas e soluções apresentadas para os problemas da sociedade, com o objetivo de termos um mundo cada vez melhor para todos.

Mas enfrentamos grandes dificuldades para implementar esta disciplina no currículo escolar por diversos motivos.

Por parecer ser uma disciplina de resultados substanciais, por acreditar ser uma disciplina especulativa, que lida com problemas que ninguém sabe resolver. Então o que ensinar? Como lidar com a diversidade de teorias defendidas? Qual a competência e conteúdo central?

Temos também a cultura autoritária, onde encontramos dificuldade em questionar os grandes filósofos do passado, onde apenas poderemos estudar e expor as ideias de tal filósofo, sendo assim, estaremos estudando a história da filosofia.

Filosofar não é fazer relatórios sobre o que os filósofos pensam, e sim, fazer o que os filósofos fazem.

O contexto da Educação no século XXI e as desigualdades sociais

A educação no século XXI tem como objetivo a transformação social, onde o educador provocará no educando o busca pela descoberta, pela pesquisa, por solucionar problemas.

Mas essa realidade ainda está longe do alcance de todos os alunos. Percebemos claramente a desigualdade na educação entre os que têm um poder aquisitivo maior e os que dependem de uma educação custeada pelo governo.

Já temos salas de aulas interativas, onde o aluno é um descobridor, um solucionador de problemas, um pesquisador e crítico.

Enquanto em outros lugares, a realidade é que muitas escolas nem tem carteiras e cadeiras escolares adequadas, salas de aula equipadas, livros didáticos, professores preparados.

Essa desigualdade absurda é reflexo de um governo que não tem princípios com a educação. Vem de uma cultura onde o governo é favorecido com a ignorância de seu povo. Onde a educação acaba por fazer o que a classe dominante lhes impõe.

A Indústria Cultural e sua interferência na realidade da Educação contemporânea

A educação brasileira tem seus pontos altos e baixos, infelizmente a educação não é de qualidade para todo o indivíduo, pois a realidade social em que cada indivíduo se insere é diferente, a desigualdade social faz com que uns tenham uma educação de nível e outros não, ou seja, educação de qualidade é para poucos.

Segundo Otaíza de O. Romanelli (1986, p. 23), a educação no Brasil é profundamente marcada por desníveis e, por isso, a ação educativa se processa de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está submerso. Nesse processo, dois aspectos se distinguem: o gesto criador – que resulta do fato de o homem “estar-no-mundo e com ele relacionar-se” transformando-o e transformando-se; e o gesto comunicador– que o homem executa e, assim, transmite a outros os resultados de sua experiência.

Como podemos ver a educação brasileira sofre muitos impactos, dentre eles o da política, onde quem quer entender a educação não poderá jamais ignorar tais questões, pois estão diretamente envolvidas no processo educativo, já que se apresenta como um jogo que mostra uma realidade deturpada, colocando-se assim acima de prioridades educativas, pois os interesses dos poderosos menosprezam o que realmente tem valor no contexto social em que o homem é inserido.

Outro fator não menos importante e cada dia mais real no meio educativo que deve ser levado em conta, mas ainda não é reconhecido é a indústria Cultural que a cada dia que passa com a globalização vem sendo inserida em várias áreas sociais, invadindo também o contexto escolar e não percebemos tal influência por que também já fomos dominados pela indústria cultural.

Indústria Cultural é um termo concebido pelos teóricos Adorno e Horkheimer

Segundo Adorno e Horkheimer o produto cultural perde seu brilho, sua unicidade, sua especificidade de valor de uso quando se transforma em valor de troca, assim dissolvendo a verdadeira arte ou cultura, portanto acaba por cegar os homens da modernidade de massa, ocupando assim o espaço vazio que ficou deixado para o lazer, fazendo-nos ser irracionais e não percebermos a injustiça do sistema capitalista. Para que a população tenha fácil acesso a Indústria Cultural tem-se a televisão, ela chega às escolas quer através de programas do governo ou levada pelos próprios gestores, professores, alunos e funcionários escolares.

Em fim a Indústria Cultural já esta inserida no cotidiano do ser humano, e este não consegue mais viver sem consumir tudo que lhe é oferecido através da mídia.

Com isso a própria escola acaba criando pequenos consumidores, fazendo-os querer cadernos, agendas de marcas renomadas, Hello Kit, Xuxa, Justin Beaber entre outros, isso quando a própria escola, no caso, as particulares adotam o uso obrigatório de agendas.

Com tudo isso esquecemo-nos de fazer uso da Filosofia da Educação que aprendemos nos cursos de formação, esquecemo-nos de colocar em prática os ensinamentos aprendidos nos tornando pessoas manipuláveis sem que saibamos dialogar com aquilo que lemos e fazemos deixando de refletir e analisar profundamente nosso comportamento.

A teoria de Pierre Boudieu vem mostrar a realidade da educação no Brasil

Até que ponto a teoria do autor se aplica à nossa realidade?

A desigualdade na educação cada vez mais vem se destacando a olhos vistos, devido a vários motivos descritos por Pierre Boudieu, realmente sendo o papel da escola não transformar, e sim, reproduzir e reforçar as desigualdades sociais.

Sem incentivo e investimento por parte do governo, as escolas e educadores enfrentam a realidade de cada aluno e comunidade onde está localizada a escola, fazendo com que o conhecimento, postura e habilidades que o aluno traz da vida sejam reproduzidos na sala de aula, ao invés da escola começar do zero e superar as deficiências de conhecimento de cada aluno.

Temos salas de aulas superlotadas, poucos professores e professores com muitas disciplinas, sem tempo ou condição de investirem melhor em suas atuações em sala de aula.

Hoje em dia temos ONGs e movimentos de pessoas com poder aquisição melhor, para incentivar pequena parte de crianças a terem aulas de reforço e complementação curricular, para diminuir a desigualdade, lembrando que a parte atingida é muito pequena.

Vemos que a cada dia as famílias que tem condições financeiras estáveis, transferirem seus filhos para escolas particulares, para terem uma educação melhor.

Realmente o pessimismo de Bourdieu tem fundamentos concretos de que a competição escolar tomou âmbito incontornável, sem perspectivas de superação, por motivos culturais e governamentais.¹

Pensamento Pedagógico Moderno

O pensamento pedagógico moderno caracteriza-se pelo *realismo*.

A educação e a ciência eram consideradas um fim em si mesmo.

O Pensamento Pedagógico Moderno foi sendo estruturado num contexto de transformações sob diferentes dimensões da vida social. Estariam lançadas as primeiras idéias culturais e científicas que comporiam um conjunto de instituições de socialização e de produção do conhecimento que nos acostumamos a compreender como estruturas do mundo moderno.

Do ponto de vista epistemológico, de uma filosofia do conhecimento, pode-se dizer que o primado da razão e da luz, naquele tempo/espço estabeleceu-se a partir de idéias literárias e científicas Renascentistas. Séculos após, o pensamento iluminista (humanista moderno) europeu está pautado em processos significantes de transformações no setor de produção, mas também dos estilos de consumo de grupos sociais burgueses. Entre os séculos XVII e XIX as Revoluções Científicas, Burguesas conduziram o imaginário coletivo para a adoção de uma perspectiva racional de *progresso*, cuja tônica dar-se-ia pelo desenvolvimento técnico e burocrático, de produção e científico das sociedades européias modernas e da América do Norte no século XIX, ainda o pensamento racional. Para Narodowski: *a revolução industrial necessita tornar suas a física de Galileu, os princípios matemáticos newtonianos, a química de Lavoisier e a astronomia de Kepler, pois são esses os princípios teóricos que se encontram em condições de acudir para resolver as questões de tecnologia aplicada que irão se suscitando com base nos problemas gerados pela produção de mercadorias em grande escala. Os fundamentos dessas ciências haviam preexistido a seu uso tecnológico concreto durante dois séculos, mas foi necessário que um sujeito social - nesse caso, a burguesia industrial européia - pudesse absorvê-los e resignificá-los de um modo particular e conforme suas necessidades históricas (p.2).*

O mundo Ocidental gradativamente passou a substituir a fé, as trocas simbólicas graciosamente vindas das dádivas da natureza, ou vindas de dádivas da Igreja pela ordem política, cultural, científica e de trabalho do projeto de modernidade fundamentado no contrato social entre homens livres visando o bem comum. As representações da pedagogia moderna estão nesse espaço/tempo de idéias das primeiras descobertas de um humanismo europeu que aos poucos romperia com o humanismo católico. Na verdade desde os *Trezentos* e *Quatrocentos*, segundo Manacorda (1992), a sociedade ensaiava mudanças, pois já estavam instalados os alicerces da modernidade, por exemplo, o progresso científico vindo das primeiras Escolas que originaram as primeiras Universidades, em 1300, mesmo essas tendo sido orientada pelo catolicismo. É esse o marco temporal que repousavam os primeiros mestres livres, localizados em cidades comunais que protagonizaram a

instrução dos artesãos e mercadores, da aprendizagem matemática pelos livros de contabilidade, cuja prática pedagógica livre visava à formação escolástica e ainda a profissionalizante. Estaria nesse período, sobretudo o *espírito do humanismo moderno* (Capítulo VI a VII), um humanismo que, segundo Manacorda, fazia

“autocrítica dos seus aspectos pedantescos e fossilizantes, ligados ao mero culto formal das letras e das palavras, ao novo conformismo gramatical e estilístico (...) amplia-se o próprio quadro de atenção das palavras às coisas, do mundo antigo à atualidade, ou como diz Machiavelli, da ‘contínua lição dos antigos’ à ‘observação da realidade efetiva’ e interferem autorizadamente junto ao poder político para sugerir uma nova e diferente organização da cultura e da instrução (p.185).

Para Sacristán (1999) a educação é tida como ideal de progresso. Como utopia de modernidade cultural e material, a educação ganha discussão central em meio intelectual, cuja defesa pela escolarização das massas em bases da ciência era o mote para as sociedades modernas alcançarem a melhoria nas condições produtivas e de existência. Portanto, tornou-se uma perspectiva da sociedade entre os séculos XVII a XIX alcançar o ideal de universalização da educação como pressuposto de avanços nos conhecimentos técnico-científicos, mas também no desenvolvimento tanto material quanto espiritual da humanidade. (p.151).

A Educação na Modernidade: algumas ideias

Objetivamos nesse trabalho demonstrar as raízes/relações históricosociais do pensamento pedagógico moderno. A história das idéias pedagógicas associa-se à idéia de progresso pela via da educação como fator de desenvolvimento social, que se daria pela inclusão dos indivíduos, obviamente respeitando um sistema de hierarquização nos processos de produção capitalista, (industrialização). A racionalização das estruturas (instituições burocráticas) dependia da disseminação de idéias que consolidariam um imaginário coletivo de progresso pelo avanço técnico-científico. Assim, a Educação Geral ou Profissionalizante passaram a ser uma “atividade instrucional e instrumental” universalizada para atender os trabalhadores livres e filhos, mas não como prática social formadora de homens partícipes do projeto societário moderno.

Gadotti (2001), em seu livro sobre as idéias pedagógicas, ressalta que o período compreendido como predominante de uma pedagogia moderna (Capítulo 6) representa um estágio em que a educação se configuraria na perspectiva de caráter intencional ou instrucional. Um processo sociocultural de muitas mudanças nas instituições tradicionais, pois o que era ensinado em muitos locais fora considerado obsoleto ou tendencioso, uma vez que no início a educação intencional esteve a serviço da classe dominante, o clero e a monarquia.

Na visão de Moacir Gadotti a mudança deu-se por descobertas dos primeiros humanistas mais desapegados do humanismo católico, tais como os ligados às ciências, dentre outros, René Descartes e a sua grande obra o “Discurso do Método”, que remete aos quatro grandes princípios, tais como: “jamais tomar alguma decisão sem conhecê-la evidentemente como tal; dividir todas as dificuldades quantas vezes forem necessários antes de resolvê-las; organizar os pensamentos começando pelas mais simples até as mais difíceis; e fazer uma revisão geral para não omitir nada”. Essas premissas de Descartes constituem hoje como uma visão científica que pode ser relativizada, porque estando fora do contexto natural ou social daquela época, na atualidade podemos flexibilizar com mais outros princípios metodológicos, o que nos leva a crer que de acordo com os demais fundamentos científicos das diversas áreas das ciências naturais, o paradigma cartesiano não serve como único modelo analítico.

¹ Fonte: www.portaleducacao.com.br

Em Manacorda (1992) estão entre os séculos XVI e XVIII as idéias que corroboraram para a organização de um pensamento moderno no âmbito da educação. Muitas dessas idéias surgiram em meio a Reforma (Luterana) e a Contra-Reforma Católica, fato que acabou por consolidar alguns conhecimentos sobre ensino e aprendizagem. Não tardou para que os processos educacionais entre os séculos XVII e XVIII balizassem os ensinamentos por meio da adoção de livros e textos literários de, por exemplo, Rabelais, Diderot, Rousseau, Bacon e Locke³. Tal literatura contribuiu para a educação das crianças fora da visão disciplinador-moralista, o que propiciou a abertura para uma estrutura pedagógica tal como pressupunha Rousseau em Emílio. Também contribuiu com a propagação de propostas educacionais envolvendo aspectos formativos de natureza mais científica voltada para a instrução-trabalho, como foi o caso da profissionalização dos *droguistas*, *herboristas*, *contadores* e *boticários*, por exemplo.

Em Libâneo (1992), o protagonista do pensamento pedagógico moderno está representado por João Amos Comênio, do século XVII. Como pastor protestante, ligado aos ensinamentos de seu rebanho, interessou-se pela teoria didática ao associar processos de ensino aos de aprendizagem. Ele ficou reconhecido pela obra *Didacta Magna*, tida não apenas como um método pedagógico para ensinar com rapidez as letras e às ciências, mas, sobretudo, como uma obra de princípios pedagógicos, psicológicos e filosóficos. Libâneo remete as idéias de Comênio tangenciando um período de avanços no campo da Filosofia e das Ciências, como as grandes transformações nas técnicas de produção, em contraposição às *“idéias conservadoras da nobreza e do clero. O sistema capitalista, ainda insuficiente, já influenciava a organização da vida social, política e cultural (...) a Didática de Amos Comênio se assentava nos seguintes princípios: 1) a finalidade da educação é conduzir à felicidade eterna com Deus, pois é uma força poderosa de regeneração da vida humana. Todos os homens merecem a sabedoria (...) o homem deve ser educado de acordo com o seu desenvolvimento natural (...) a assimilação de conhecimentos não se dá instantaneamente, como se o aluno registrasse de forma mecânica (...) o método intuitivo consiste, assim, na observação direta, pelos órgãos dos sentidos, das coisas, para o registro das impressões”* (p. 58)

Segundo Gadotti (2001) a idéia central de Comênio era a de que: *a escola ao invés de ensinar palavras, deveria ensinar o conhecimento das coisas*. Na visão de Manacorda (1992) no plano do pensamento pedagógico e da prática didática, o mérito de Comênio estivera na pesquisa e na valorização de todas as metodologias de ensino que na atualidade chamaríamos de método ativo e que desde os primeiros passos do humanismo começaram a ser experimentadas.

Neste contexto, é que John Locke é tido como um dos importantes pensadores da política e da sociedade moderna, combatendo o inatismo, segundo Manacorda, ele disse que *nada existe em nossa mente que não tenha origem em nossa própria mente*. Por isso valorizava a educação das crianças, na medida em que ele entendia ser essa prática educativa infantil uma forma de preparar os adultos, que poderiam ser profissionais ou dirigentes, o que para Locke remetia a presença do professor numa ação ativa sobre a mente do educando. Para Manacorda *“o espírito das novas classes dirigentes encontrava sua expressão no pensamento de Locke que se preocupava com a educação do gentleman (...) quanto às classes populares, ele se preocupava em prover as crianças, que viviam dos subsídios paroquiais com base na lei de pobres, com escolas tradicionais que preparavam para as atividades relacionadas com a indústria fundamental do país”* (p.225).

Para Moacir Gadotti, o pensamento pedagógico moderno caracterizava-se pelo realismo, o que pressupunha a universalização da educação para manter o funcionamento das estruturas racionais. Assim, as idéias de Francis Bacon dividem as ciências e ainda ressaltavam que *saber é poder sobre tudo*.

Ainda, no dizer de Gadotti, de *“humanista a educação tornou-se científica (...) o conhecimento só tinha valor quando preparava para a vida e para a ação”*. (p.154). O século XVII traria a luta das camadas populares pelo acesso à escola, portanto, a classe trabalhadora que surgia como livre para vender a sua força de trabalho, podia e devia ter um papel na mudança social. Também neste período, surgiram várias ordens religiosas católicas que se dedicavam à educação popular. Muitas dessas escolas ofereciam ensino gratuito na forma de internato. Tratava-se de uma educação filantrópica e assistencial.

Tangenciando o século XIX e início do século XX, por lá o positivismo comtiano (Comte) e spenceriano (Spencer) era focado na produção dos homens europeus e brasileiros de ciência, letras e filosofia. A missão desses homens primava pela organização das instituições sociais e políticoburocráticas de ensino-pesquisa. Após algumas buscas em autores e dicionários da área de ciências humanas e sociais, percebemos que, embora muitos dos *“Homens de ciência e da política”* tivessem se apoiado em Stuart Mill, H. Spencer e C. Darwin, foi principalmente em August Comte onde eles encontraram a matriz de suas formulações empírico-teóricas, que sustentaram a pesquisa e ensino das Escolas positivistas do Brasil.

No Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (1986) encontra-se a explicação sobre a obra de Comte, segunda a qual ele chegou à Lei da Classificação, especulando sobre uma visão paradigmática de ciências, ordenadamente compreendida em termos de uma crescente complexidade, indo da matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia à moral.

Pode-se destacar como um aspecto interessante na lógica de Comte o fato dele considerar que algumas ciências complexas, como a biologia, possuíam laços estreitos com a matemática, a química, a sociologia e a moral. No entanto, os laços que as uniam só poderiam ser explicados cientificamente pela *“superioridade”* de alguns fenômenos em relação aos outros, considerados inferiores. Segundo Comte, não se reduz a sociedade apenas pelo viés da economia política ou a elucubrações metafísicas; metodologicamente a racionalidade positiva se instala no raciocínio dedutivo-indutivo, daí vimos germinar o *experimentalismo*. Para Comte, portanto, é necessário *“induzir para deduzir a fim de construir. A construção constitui a síntese total dos conhecimentos humanos”* (p.938).

A partir das informações do Dicionário, pudemos constatar que Comte acreditava no progresso científico como um fator distintivo da Modernidade e as suas instituições, pois pressupunha que corroboraria, entre outras coisas, para o progresso da indústria e do comércio com vistas à continuidade da vida humana. Naquela época Comte entendia que *“o espírito positivo e a noção de humanidade poderão criar uma comunhão intelectual que dê novas bases à condição humana. Cheio de otimismo, ele propõe a instituição de um comitê positivo, destinado a organizar a república ocidental, o que corresponde hoje à comunidade européia”* (p.938).

Muitos teóricos, literatos e cientistas contribuíram para o pensamento pedagógico moderno nas sociedades Ocidentais, contudo neste trabalho tratamos a nossa abordagem a partir de uma breve história das idéias.

No Brasil e no mundo Ocidental como um todo, para Libâneo as idéias pedagógicas de Comênio, Rousseau, Locke e outros formaram a base do pensamento pedagógico europeu moderno, difundido depois por todo o mundo, demarcando as concepções pedagógicas que hoje são conhecidas como Pedagogia Tradicional e Pedagogia Renovada. Mas a pedagogia Renovada agrupa correntes que advogariam pela renovação da Pedagogia Tradicional. A pedagogia ocidental de meados e fins do século XIX resolveria os problemas colocados pelas discussões com as distintas alternativas e se

encaminharia a configurar naquela época o futuro das disciplinas e campos de estudo pedagógico da escolarização. Nesse processo de uma pedagogia que inicia na modernidade, as experiências e teorias precursoras originárias nos três séculos (XVI, XVII, XVIII) deram características típicas à consolidação da pedagogia moderna instalada no século XIX e XX, mas que ainda têm representações em pleno século XXI.

A Escola Nova no Brasil (defendida por Anísio Teixeira) e na América do Norte teve muita influência de John Dewey (1859-1952), que fora um educador e filósofo americano motivado pelo movimento de renovação da educação. Ele teve inspirações nas idéias de Rousseau, por exemplo. No entendimento de Dewey a escola não é uma preparação para a vida social e produtiva, é a própria vida, é o resultado da interação entre a vida do indivíduo e a experiência de estar vivendo. Segundo Libâneo (1992) tal inspiração deveu-se pela abordagem de ensino centrada numa concepção nova baseada nas necessidades e interesses imediatos das crianças. A luta de Rousseau se contrapunha as práticas escolares moralistas, disciplinadoras e de memorização baseada na educação da Idade Média, cuja objetividade era voltada para o poder da religião se infiltrando nas diversas esferas da vida social.

Para Manacorda “a emancipação das classes populares e das mulheres e expansão da instrução seguem, pois, *pari passu*”. Nesse contexto, os sujeitos exigiam mudanças nas condições sociais para criação de sistemas de ensino e instrução gratuitos e laicos. A relação *educação-sociedade* pressupunha dois aspectos fundamentais “na prática e na reflexão pedagógica moderna: o

primeiro é a presença do trabalho no processo de instrução técnico-profissional, que tenderia para todos (...) o segundo foi à descoberta da psicologia infantil com as suas experiências ‘ativas’” (p.305). Então a “nova escola” moderna estaria no século XIX e XX centrada nas possibilidades de preparar homens para o desenvolvimento objetivo das capacidades produtivas da Revolução Industrial, onde a idéia de investir na educação da criança exaltaria a natureza espontânea (Rousseau viu isso) para que a sua psique ao longo da escolarização aderisse à perspectiva de uma valorização de instrução para a revolução democrática e científica. A pedagogia moderna caminhou com a idéia de uma nova escola que, por conseguinte, seria um laboratório da pedagogia ativa, uma contribuição do positivismo e do pragmatismo científico que tal dogma (corrente filosófica) preconizaria contra a doxa (popular). A “instrução pública” ou a “educação popular” se convertem nos conceitos que farão referência a esta nova fase, já definitivamente consolidada, da escolaridade moderna.

Todo o enfoque de caráter mais histórico e social aqui abordado caracteriza-se como uma tentativa de demonstrarmos algumas das influências de idéias que circulavam na sociedade Ocidental daqueles séculos para a organização do pensamento pedagógico moderno. O estudo dos fundamentos da educação vale para que possamos compreender que mesmo na alta modernidade do século XXI ainda se fazem presentes nos processos instrucionais do ensino superior algumas concepções e ações didático-pedagógicas cunhadas nas bases das Revoluções científicas e sociais.²

Vejam agora algumas correntes pedagógicas do pensamento moderno.

Pensamento Pedagógico Iluminista

A Idade Moderna (453-1789), período no qual predominou o regime absolutista, que concentrava o poder no clero e na nobreza, teve fim com a Revolução Francesa que já se encontrava no discurso dos grandes pensadores e iluministas (ilustrados-enciclopedistas) contra o obscurantismo da Igreja e a prepotência dos governantes.

Destaques Iluministas- JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-1778)-Inaugurou uma nova era na história da educação, constituindo um marco entre a velha e nova escola, suas obras são lidas até hoje: Sobre a desigualdade entre os homens, o Contrato Social e Emílio. Cabe a Rosseau a relação entre a educação e a política. Centraliza pela primeira vez o tema da infância na educação. A partir dele a criança não seria mais considerada um adulto em miniatura, considerando ainda que a criança nasce boa, o adulto com sua falsa concepção, é que perverte a criança. Coloca o autor que o século XVIII é político-pedagógico por excelência, pois neste momento as camadas populares reivindicam ostensivamente mais saber e educação pública. Pela primeira vez o estado instituiu a obrigatoriedade escolar (Prússia 1717).

Na Alemanha cresce a intervenção do Estado na educação, criam-se Escolas Normais, princípios e planos que desembocam na grande revolução pedagógica nacional francesa no final do século. Foi durante os seis anos de Revolução Francesa que se discutia formação do cidadão através de escolas. A escola pública é filha da revolução francesa. Mesmo assim, com o intuito de ser para todos, ainda era elitista: Só os mais capazes podiam prosseguir até a universidade. O iluminismo procurou libertar o pensamento da repressão, acentuou o movimento pela liberdade individual buscando refúgio na natureza: O ideal da vida era o “bom selvagem”, livre de todos os condicionamentos sociais. É evidente que essa liberdade só podia ser praticada por uns poucos, aqueles que, de fato, livres do trabalho material, tinham sua sobrevivência garantida por um regime econômico de exploração do trabalho.

A idéia da volta ao estado natural do homem é demonstrada pelo espaço que Rosseau dedica à descrição imaginária da sociedade existente entre os homens primitivos, usando como exemplo os índios que viviam nas Américas. A educação não deveria apenas instruir, mas permitir que a natureza desabrochasse na criança; não deveria reprimir ou modelar. Assim, Rosseau é o precursor da escola nova, que inicia no século XIX e teve grande êxito na primeira metade do século XX, sendo ainda hoje muito viva, tendo influenciado educadores da época como Froebel. É de Rosseau a idéia de dividir a educação em três momentos: o da infância (idade da natureza - até 12 anos), o da adolescência (idade da força, da razão e das paixões-12 aos 20 anos) e o da maturidade (idade da sabedoria e do casamento dos 20 aos 25 anos). É através de Rosseau que a escola passa do controle da Igreja para o Estado. Foi através do crescente poder da sociedade econômica que a burguesia estabeleceu o controle civil, não religioso da educação.

Exigências populares fizeram parte da Revolução francesa, entre elas um sistema educacional, a Assembléia Constituinte de 1789 elaborou o projeto de CONDORCET (1743-1794) que propôs o ensino universal para eliminar a desigualdade. Porém a educação proposta não era exatamente a mesma para todos, pois considerava a desigualdade natural entre os homens. Condorcet foi partidário da autonomia do ensino: cada indivíduo deveria conduzir-se por si mesmo, era ardoroso defensor da educação feminina para que as mães pudessem educar seus filhos. Ele considerava as mulheres mestras naturais. A educação impulsionada pela Revolução Francesa, através da burguesia tinha clareza do que queria da educação: trabalhadores com formação de cidadãos participantes de uma nova sociedade liberal e democrática. No final a própria revolução recuou o programa de educação universal criada por ela mesma.

O idealizador dos jardins de infância foi FROEBEL (1782-1852). Para ele o desenvolvimento da criança dependia de uma atividade espontânea (o jogo), uma atividade construtiva (o trabalho manual) e um estudo da natureza. Através da expressão corporal, o desenho, o brinquedo, o gesto, enfim a auto-atividade representava o método e a base de toda a instrução. Froebel inspirou fabricantes

² Fonte: www.ia.ufrj.br

de brinquedos, bem como a expansão de jardins de infância fora da Europa. John Dewey, um dos fundadores do pensamento escalonista, também foi por ele influenciado.

Mas nesta escola européia, a burguesia percebeu a necessidade de oferecer instrução mínima, para a massa trabalhadora, sendo que a educação se dirigiu para a formação do cidadão disciplinado.

EMANUEL KANT, alemão, (1724-1804) outro grande teórico que obteve nesse período reconhecimento, foi Descartes sustentando que todo o conhecimento era inato e Locke que todo saber era adquirido pela experiência. Kant supera essa contradição, mesmo negando a tória platônico-cartesiana das idéias inatas, mostrou que algumas coisas eram inatas, como a noção de tempo e espaço, que não existem como realidade fora da mente, mas apenas como formas para pensar as coisas apresentadas pelos sentidos. Kant era um admirador de Rousseau, acreditava que o homem é o que a educação faz dele através da disciplina, da didática, da formação moral e da cultura.

Kant (descobriu o que a ciência moderna considera como aculturação, socialização e personalização) não considerava espaço, tempo, causalidade e outras relações como realidades exteriores. Outros filósofos como HEGEL (1770-1831) acabaram negando a existência de qualquer objeto fora da mente: é o idealismo subjetivo e absoluto que mais tarde será rebatido por Karl Marx. Para Kant era o sujeito que devia cultivar-se, civilizar-se para assim responder à natureza. Assim para atingir a perfeição o homem precisa de disciplina, que domina as tendências instintivas, da formação cultural, da moralização, que forma a consciência do dever e da civilização como segurança social. Kant era menos otimista que Rosseau, sustentava que o home não pode ser considerado inteiramente bom, mas é capaz de elevar-se mediante esforço intelectual contínuo e respeito às leis morais.

PESTALOZZI (1746-1827) desejava a reforma da sociedade através da educação das classes populares, mas ele não foi apenas um teórico, pois ele mesmo colocou-se a serviço de suas idéias criando um instituo para crianças órfãs das camadas populares, onde ministrava uma educação em contato com o ambiente imediato, seguindo objetiva, progressiva e gradualmente um método natural e harmonioso. Mas ele fracassou em seu propósito, não obteve os resultados esperados, mas suas idéias são debatidas até hoje e algumas foram incorporadas à pedagogia contemporânea.

HERBART (1776-1841) foi professor universitário, mais teórico do que prático, é considerado um dos pioneiros da psicologia científica. Dividiu o processo de ensino em quatro passos formais:

1º) Clareza na apresentação do conteúdo(demonstração do objeto);

2º) Associação de um conteúdo com outro assimilado anteriormente pelo aluno(etapa da comparação);

3º) Ordenação e sistematização dos conteúdos(etapa da generalização);

4º) Aplicação a situações concretas dos conhecimentos adquiridos(etapa da aplicação);

E ainda os objetos deveriam ser apresentados segundo os interesses dos alunos e segundo suas diferenças individuais, por isso seriam múltiplos e variados.

Embora a doutrina francesa tenha ascendido com idéias de liberdade, para a burguesia nascente a liberdade servia para outro fim: a acumulação de riqueza. Se de um lado havia a idéia dos iluministas intelectuais que fundamentavam a noção de liberdade na própria essência do homem, de outro lado a burguesia entendia como a liberdade em relação aos outros homens. Surge a idéia da livre iniciativa sempre associada a idéia de liberdade. Para os liberais os homens tem diferentes níveis de riqueza, pois são diferentes, pois basta ter talento e aptidão, associados ao trabalho individual, para adquirir propriedade e riqueza.

Embora constituída de grandes idéias, a nova classe mostrou muito cedo, ao apagar das luzes das Revoluções de 1789, que não estava de todo sem eu projeto a igualdade os homens na sociedade e na educação. Uns acabaram recebendo mais educação do que outros. Aos trabalhadores diriam ADAM SMITH (1723-1790), economista político burguês, será preciso ministrar educação apenas em conta-gotas. A educação popular deveria fazer com que os pobres aceitassem de bom grado a pobreza, como afirmara o PESTALOZZI. Assim, essa concepção dualista: à classe dirigente a instrução pra governar e à classe trabalhadora a educação para o trabalho, dando origem no século XIX ao pensamento pedagógico positivista.³

No Pensamento Pedagógico Iluminista Jean Jacques Rousseau (1712-1778) resgata a relação entre a educação e a política. Centraliza, pela primeira vez, o tema da infância na educação.

A partir dele, a criança não seria mais considerada um adulto em miniatura: ela vive em um mundo próprio que é preciso compreender.

A criança nasce boa, o adulto, com sua falsa concepção da vida, é que perverte a criança.

No pensamento pedagógico Positivista Augusto Comte e Karl Marx foram dois expoentes, a tendência cientificista ganhou força na educação como desenvolvimento da sociologia em geral, e da sociologia da educação. Um dos principais teóricos da sociologia da educação foi Emile Durkheim.

Pensamento Pedagógico Positivismo

Comte foi o pai do Positivismo, corrente filosófica que busca explicar as leis do mundo social com critérios das ciências exatas e biológicas. Foi também o grande sistematizador da sociologia, dividindo a sociologia em duas áreas: a estática social e a dinâmica social.

“No entender de Comte, a sociedade apresenta duas leis fundamentais: a estática social e a dinâmica social. De acordo com a lei da estática social, o desenvolvimento só pode ocorrer se a sociedade se organizar de modo a evitar o caos, a confusão. Uma vez organizada, porém ela pode dar saltos qualitativos, e nisso consiste a dinâmica social. Essas duas leis são resumidas no lema ‘ordem e progresso’” (VASCONCELOS apud LAGAR et al., 2013, p. 18)

A defesa do Positivismo é de que somente o conhecimento científico é verdadeiro, não se admitindo como verdades as afirmações ligadas ao sobrenatural, à divindade. Relacionado ao último caso, Comte chegou a criar uma nova ordem espiritual, onde a divindade não seria venerada, somente a humanidade. A sua inspiração para originar essa nova ordem espiritual veio da disciplina e da hierarquia católica, mas, ao mesmo tempo, a sua concepção era totalmente dissociada de todas as religiões cristãs. Essa concepção nasceu do fato de ele considerar a humanidade como sendo uma entidade unitária, cuja por ele batizou-se de Grande Ser.

As suas observações o levaram a definir três estágios pelos quais a sociedade tende a passar: o teológico, o metafísico e o positivo ou científico. Estágio teológico é aquele onde as explicações aos fenômenos até então desconhecidos são atribuídas à divindade, ao sobrenatural. Metafísico é o estágio onde o ser humano procura explicar as coisas através de fenômenos naturais, ou seja, a natureza é autossuficiente para explicar as suas próprias manifestações. Já o Positivo ou Científico, é o estágio onde as explicações, as verdades absolutas, advêm exclusivamente da ciência.

³ Fonte: www.webartigos.com